

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.687.340 - DF (2017/0181638-0)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : TERESINHA PASSOS SILVA  
**ADVOGADO** : GUILHERME AUGUSTO COSTA ROCHA - DF034065  
**RECORRIDO** : COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP  
**ADVOGADOS** : RODRIGO DANIEL DOS SANTOS - DF002343A  
ANDRE QUEIROZ LACERDA E SILVA - DF040016

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE TERCEIRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. MARCO TEMPORAL. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.*

*1. O marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença. Precedentes do STJ.*

*2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por TERESINHA PASSOS SILVA com arrimo no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (fl. 293):

*APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. IMÓVEL. COMPRA E VENDA. CLÁUSULA RESOLUTIVA.*

*I - A executada está adimplente com o pagamento das prestações pactuadas perante a embargante para aquisição do imóvel. Não implementada a cláusula resolutiva do contrato de compra e venda, a eficácia do negócio jurídico permanece hígida. Rejeitados os embargos de terceiro e mantida a constrição sobre o bem.*

*II - No caso de arrematação do imóvel penhorado, e segundo cláusula contratual, o saldo devedor será quitado, autorizando-se a transferência do imóvel ao terceiro*

*adquirente, razão pela qual não implicará prejuízos à embargante.*

*III - Apelação desprovida.*

Consta dos autos que COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA - TERRACAP opôs embargos de terceiro em desfavor de TERESINHA PASSOS SILVA e COOPERCAMARA - COOPERATIVA HABITACIONAL DOS SEVIDORES DA CAMARA DOS DEPUTADOS, objetivando a desconstituição da penhora que recaiu sobre o bem objeto da ação de cumprimento de sentença.

O juízo de primeiro grau julgou improcedentes os embargos, além de condenar a embargante ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Irresignada, a embargante interpôs recurso de apelação.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios negou provimento ao recurso conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram acolhidos nos seguintes termos (fls. 327):

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS.**

*I - A ação foi ajuizada em 20/01/16, na vigência do CPC/1973, portanto, os honorários sucumbenciais devem ser arbitrados de acordo com esse Código, em homenagem aos princípios da boa-fé, da segurança jurídica e da não surpresa,*

*II - Provida parcialmente a apelação para reformar parcialmente a r. sentença e fixar os honorários advocatícios de sucumbência em R\$ 2.000,00, com base no art. 20, § 4º, do CPC/1973, e não de acordo com o CPC/2015.*

*III - Embargos de declaração da autora providos, com efeitos modificativos.*

Em suas razões de recurso especial, a recorrente alegou violação aos arts. 85, § 2º, e 1.046, ambos do Código de Processo Civil/2015, sustentando a aplicabilidade das regras do novo estatuto processual na fixação dos

honorários advocatícios, porquanto a sentença foi proferida sob a nova sistemática. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Houve apresentação de contrarrazões às fls. 349/354.

É o relatório.

Passo a decidir.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao julgar os embargos de declaração, asseverou o seguinte (fls. ):

(...)

*Para fixação dos honorários advocatícios de sucumbência, deverão ser observadas as disposições do CPC em vigor na data do ajuizamento da ação, em homenagem aos princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da não surpresa.*

***A demanda em exame foi ajuizada em 20/01/16, antes da vigência do CPC/2015, razão pela qual a fixação dos honorários de sucumbência deve observar as disposições do CPC/1973. (...)***

*Na hipótese em análise, uma vez que não houve condenação, incide a regra do art. 20, § 4º, do CPC/1973, pela qual os honorários advocatícios serão fixados mediante apreciação equitativa do Juiz, observados os parâmetros das alíneas "a" a "c" do § 3º do mesmo texto legal (g.n.).*

No entanto, o entendimento esposado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios merece reparos.

Conforme recentes julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a legislação aplicável no tocante à fixação de honorários advocatícios sucumbenciais é aquela vigente à época da sentença que fixou a condenação.

A propósito:

***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO INTERNA VERIFICADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. LEI APLICÁVEL. DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO JULGADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. FIXAÇÃO TARDIA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. NÃO INCIDÊNCIA DO CPC/2015. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES.***

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar obscuridade, contradição, omissão ou erro material (CPC/2015, art. 1.022). Verificada, no caso, contradição interna na fundamentação do acórdão embargado.

2. "O marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença" (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/11/2017).

(...)

4. Embargos de declaração acolhidos, com atribuição de efeitos infringentes para, provendo o agravo interno, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial. (EDcl no AgInt no AREsp 1279272/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AMBOS OS PEDIDOS ACOLHIDOS. SENTENÇA PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. INAPLICABILIDADE DO CPC/2015. APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC/73. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Ministro Relator está autorizado a julgar recurso por decisão singular quando o v. acórdão estadual estiver em confronto com a jurisprudência dominante do eg. STJ, sendo que a possibilidade de julgamento monocrático não foi eliminada com o advento do Código de Processo Civil de 2015, conforme se verifica no art. 932, III, IV e V, do CPC/2015 e na Súmula 568/STJ. Ademais, eventual mácula fica superada com o julgamento colegiado do recurso pelo eg. órgão competente.

2. Conforme recentes precedentes desta eg. Corte, a legislação aplicável no tocante à fixação de honorários advocatícios sucumbenciais é aquela vigente à época da sentença que fixou a condenação. Precedentes: EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe de 27/11/2017; e REsp 1.465.535/SP, Rel. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe de 22/8/2016.

(...)

**4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 253.475/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018)**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MONITÓRIA. OMISSÃO DA DECISÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CITAÇÃO. RETROAÇÃO DA INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO, OPERADA PELO ATO CITATÓRIO, CONDICIONADA À DILIGÊNCIA NA PROMOÇÃO DA CITAÇÃO. SÚMULAS 7, 83 E 106 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NOVA PARA A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM AÇÃO PROPOSTA SOB A VIGÊNCIA DO CPC/1973, MAS SENTENCIADA QUANDO EM VIGOR O CPC/2015. OBSERVÂNCIA DA DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTE OBRIGATÓRIO DA CORTE ESPECIAL. AGRAVO DESPROVIDO. (...)

3. Nos termos do art. 927, V, do CPC/2015, é vinculante o entendimento da Corte Especial do STJ no sentido de que "o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença", não existindo "direito adquirido ao regime jurídico vigente quando do ajuizamento da demanda ou quando da manifestação de resistência à pretensão. Existência, apenas, de um lado, de expectativa de direito daqueles que podem vir a ser reconhecidos como credores e, de outro, de expectativa de obrigação daqueles que podem vir a ser afirmados devedores" (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017).

**4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1219943/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)**

Na hipótese dos autos, o julgamento dos embargos de terceiro ocorreu já na vigência do novo Código de Processo Civil - 31.03.2016, razão pela qual procedeu corretamente o magistrado de primeiro grau ao fixar os honorários sucumbenciais com arrimo no novo estatuto processual.

**Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/15 c.c. o Enunciado n.º 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença de primeiro grau quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

